

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS	19

Capítulo I

INTRODUÇÃO.....	25
I.1. Tradição e inovação no direito administrativo e o valor da im- permanência doutrinária.....	30
I.1.1. Novidades na parte especial (setorial) do direito admi- nistrativo podem influenciar a parte geral	34
I.2. Panorama da atual regulação dos portos à luz da CRFB/88	38
I.3. Hipótese: a ordenação dos portos desafia concepções tradicio- nais do direito administrativo geral, inclusive a dicotomia entre serviços públicos e privados.....	41
I.4. Roteiro e plano de exposição	43

Capítulo II

SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO COMPARADO E INFLUÊN- CIAS NO HISTÓRICO DO REGIME DOS PORTOS BRASILEI- RO	47
II.1. Objeto de comparação: modelos de ordenação de atividades econômicas <i>lato sensu</i> de relevante interesse coletivo.....	49
II.1.1. A origem francesa do serviço público.....	50
II.1.2. Concepção norte-americana de <i>public utilities</i>	55
II.1.3. Noção alemã de <i>Daseinsvorsorge</i>	58
II.1.4. Serviços de interesse econômico geral na União Euro- peia.....	63
II.2. Relativização das diferenças entre os modelos comparados.....	68

II.3. Pendulares influências externas no Brasil em distintas épocas..	75
II.3.1. Histórico da ordenação nacional dos portos sob as confluências dos modelos comparados	82
II.4. Conclusões parciais: balanço das concepções cotejadas	90

Capítulo III

ESCALA DE <i>PUBLICATIO</i> COMO FERRAMENTA PARA INVESTIGAÇÃO DOS REGIMES JURÍDICOS DA EXPLORAÇÃO DE PORTOS.....	95
III.1. Introdução à escala de <i>publicatio</i>	96
III.1.1. Serviços públicos e suas principais características na doutrina contemporânea.....	105
III.1.1.1. Serviços públicos na doutrina francesa recente	105
III.1.1.2. Serviços públicos na doutrina brasileira atual...	109
III.1.2. Atividades privadas de relevante interesse coletivo reguladas	116
III.1.3. Serviços privados	123
III.1.4. Zonas de fronteira: o exemplo das atividades privadas sujeitas a obrigações de serviço público.....	126
III.2. “Serviços de interesse econômico geral” do art. 21, XI e XII da CRFB/88	130
III.3. Conclusões parciais: escala de <i>publicatio</i> como manifestação do direito privado administrativo	150

Capítulo IV

A ESCALA DE <i>PUBLICATIO</i> NO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO.....	155
IV.1. Poligonal do Porto Organizado: critério geográfico para definição do regime público ou privado, inclusive a obrigatoriedade ou não do Operador Portuário e do Trabalhador Portuário	160
IV.2. Exploração direta do Porto Organizado por entidades públicas	167
IV.2.1. Convênios de delegação a Estados e Municípios.....	174
IV.3. Concessão do Porto Organizado	176
IV.3.1. Aspectos gerais	176
IV.3.2. Peculiaridades das concessões de serviço público portuário.....	186

IV.3.2.1. Atividades portuárias como instrumento de promoção de direitos fundamentais?	187
IV.3.2.2. Delegação de poder de polícia ao concessionário do Porto Organizado?.....	192
IV.3.2.2.1. Exercício de poder de polícia por particulares?	193
IV.3.2.2.2. Evolução do pensamento doutrinário.....	193
IV.3.2.2.3. Desenvolvimento do atual entendimento jurisprudencial.....	196
IV.3.2.2.4. Desempenho de poder de polícia por concessionárias de serviços públicos	198
IV.3.2.2.5. Poder de polícia na concessão do Porto Organizado?.....	199
IV.4. Arrendamento de parcela do Porto Organizado em regime público	207
IV.4.1. Aspectos gerais	207
IV.4.2. Peculiaridades do arrendamento portuário de direito público	215
IV.4.2.1. Exclusão de licitação na hipótese do art. 5º-B da Lei dos Portos	215
IV.4.2.2. Liberdade de Preços.....	218
IV.4.2.3. Ausência de cláusula essencial sobre bens reversíveis	219
IV.4.2.4. Subsistência do arrendamento portuário como instrumento de delegação de serviço público?..	220
IV.5. Arrendamento de parte do Porto Organizado em regime privado	228
IV.5.1. Aspectos gerais	228
IV.5.2. Peculiaridades do arrendamento portuário de direito privado.....	234
IV.5.2.1. Desafio às noções convencionais de subconcessão e de subcontratação nas concessões de serviços públicos	235
IV.5.2.2. Exploração de serviço público via subcontrato privado?	240

IV.6. Autorização para exploração de terminal de uso privado	245
IV.6.1. Aspectos gerais	245
IV.6.2. Peculiaridades da autorização portuária.....	250
IV.6.2.1. Seleção pública para a escolha do autorizatário	250
IV.6.2.2. Sujeição ao planeamento setorial.....	253
IV.6.2.3. Autorização por contrato de adesão de carácter privado ou administrativo?.....	254
IV.6.2.4. Prazo em princípio determinado.....	256
IV.6.2.5. Imposição de obrigações de serviços públicos..	258
IV.6.2.6. Subsistência da autorização portuária como instrumento de regulação de atividades priva- das?.....	261
IV.6.2.7. Limites à regulação estatal dos terminais priva- dos	264
IV.7. Conclusões parciais: atual assimetria regulatória no setor por- tuário	271
V	
CONCLUSÕES.....	277
VI	
BIBLIOGRAFIA	283